

Negociação cobre juros e déficit de US\$ 3,3 bi

O pacote de US\$ 28,1 bilhões que o governo brasileiro assinou ontem em Nova Iorque, vai servir para tapar o déficit de US\$ 3,3 bilhões no balanço de pagamentos do ano passado e permitirá a normalização das contas externas de 1984. Mas até meados do ano as autoridades econômicas terão que reabrir as negociações com os banqueiros, para corrigir desvios, preparar a rolagem do débito de 1985, e, se conseguirem, incluir a parcela de juros no refinanciamento para encontrar uma solução definitiva para a dívida externa de US\$ 100 bilhões.

Previsto para ter sido assinado em novembro ou dezembro, no máximo, o pacote financeiro começou a ser preparado em setembro, durante uma reunião entre os banqueiros do Comitê de Assessoramento, presidido por William Rhodes (Citibank) e o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière. Sem o pacote — diziam na época, em Washington — seria impossível levar a cabo o “programa de ajustamento” da economia brasileira que o Fundo Monetário havia preparado, de acordo com a Carta de Intenções que seria aprovada em novembro, simplesmente porque a falta de dólares levaria, antes, o Brasil a uma moratória.

Desde o ano anterior, quando estouraram as crises cambiais do México, Brasil e Argentina, o FMI havia mudado sua conduta de independência dos bancos privados internacionais, para assumir rapidamente o papel de intermediário nas negociações entre credores e devedores da América Latina. A questão se resumia desde aquela época no fato de que os credores só aceitariam emprestar mais dinheiro se os países se colocassem sob a guarda do FMI e cumprissem os “programas de ajustamento”. Como eles pediam

o “aval” simbólico do Fundo, de Larosière em contrapartida exigiu que os banqueiros aceitassem entrar nos pacotes que começavam a ser montados.

Assim é que em dezembro de 1982, no Hotel Plaza de Nova Iorque, teve lugar a estranha cerimônia de assinatura dos quatro projetos, idealizados pelo então presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni: era a chamada “Fase 1” da renegociação da dívida externa, que deveria se repetir no ano passado e foi adiada até agora por falta de credibilidade do Brasil junto aos banqueiros. A “estrutura” do pacote de refinanciamento parcial da dívida era a mesma: o Projeto 1 correspondia a um empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões; o Projeto 2 era a transformação de US\$ 4 bilhões de amortizações devidas em 82 em novos empréstimos de longo prazo; o Projeto 3 significava o restabelecimento de linhas de crédito comercial, no valor de US\$ 10 bilhões, para as importações brasileiras; e o Projeto 4 dizia respeito ao restabelecimento das linhas de crédito interbancário, no total de US\$ 10 bilhões (nunca atingido), para manter em funcionamento os bancos brasileiros no exterior.

Assinados os contratos, não tardou muito para aparecerem as falhas: primeiro, viu-se que não havia mecanismo suficiente para obrigar os banqueiros a manter os depósitos interbancários nas agências brasileiras no exterior, e foi aquele sufoco para fechar o caixa do Banco do Brasil em Nova Iorque durante algum tempo; depois, a liberação das parcelas trimestrais do empréstimo (que era o único dinheiro novo no pacote) estava condicionada ao cumprimento das metas do acordo com o FMI — e quando o Brasil teve os créditos do FMI bloqueados, em maio, ficou tam-

bém sem as parcelas do jumbo assinado com os bancos privados. Sucederam-se então os atrasos nos pagamentos brasileiros lá fora e as missões do FMI a Brasília, para acertar um novo programa.

Até que o Banco Central decretou uma “moratória branca”, centralizando a partir de agosto do ano passado todas as remessas ao exterior, de forma a pagar apenas as importações prioritárias como petróleo. Enquanto o governo soltava seus pacotes econômicos para consumo interno — com cortes nos subsídios agrícolas, redução dos gastos públicos, aumento dos impostos e depois achatamento salarial — de forma a atender as exigências do Fundo, as negociações prosseguiram a nível técnico em mais de uma frente: com o próprio FMI, para elaborar um “programa de ajustamento” factível; com os credores, para iniciar a chamada “Fase 2” (atual); e com os governos dos 16 países industrializados, reunidos no informal Clube de Paris.

Os ministros conseguiram uma promessa do Clube para renegociar uma dívida então calculada em US\$ 2,5 bilhões, dos quais US\$ 800 milhões venciam ano passado. Antes disso, por volta de junho, já se tinha como certo que os quatro projetos haviam fracassado: foi quando os credores e Langoni acertaram a substituição do “comitê coordenador” (onde Tony Gebauer, do Morgan, tinha o papel de destaque) pelo novo “comitê de assessoramento”, procurava-se também abrir espaço para maior participação nas decisões de outros bancos, principalmente europeus, além dos grandes estabelecimentos americanos. Os demais bancos achavam que o Morgan só cuidava do interesse dos grandes, que tinham maior volume de dinheiro

a receber do Brasil, e resistiam em aderir aos pacotes.

O novo comitê fechou as linhas básicas do refinanciamento brasileiro de 83, estabelecendo em apenas US\$ 6,5 bilhões o volume de “dinheiro novo” a ser emprestado. Mas como o governo apresentava uma necessidade de US\$ 9 bilhões de novos créditos, estabeleceu-se que US\$ 2,5 bilhões seriam fornecidos por organismos dos governos dos Estados Unidos (Eximbank), Canadá, Japão e da Europa Ocidental, sob a forma de “garantias de crédito comercial”. Isto é, estes governos dão o aval às operações de empréstimo bancário de curto prazo, para o Brasil poder importar itens essenciais à sua atividade econômica. Além disso, ficou acordado que seriam repetidos os projetos 3 (agora com solicitação de restabelecimento do saldo de US\$ 10,3 bilhões de crédito comercial bancário) e 4, destinado a repor pelo menos US\$ 6 bilhões de saldo nos depósitos interbancários em bancos brasileiros no exterior.

Quanto ao Projeto 2, nesta nova fase o acerto entre o governo, o FMI e o Comitê de Assessoramento visava renegociar cerca de US\$ 5,5 bilhões de amortizações devidas em 1984, que serão transformadas em novos empréstimos com nove anos de prazo e cinco de carência. Os prazos anteriores eram oito anos para pagar, com quatro de carência. Só que deste total serão reduzidas agora parcelas incluídas depois na renegociação com o Clube de Paris, pois são débitos junto a bancos, mas com garantias governamentais. Em novembro, o Clube de Paris finalmente aceitou a proposta brasileira, ficou claro que a dívida era de US\$ 3,8 bilhões — e não US\$ 2,5 bilhões — só com os governos dos países industrializados.